

O sistema agrário da margem esquerda do Baixo Amazonas: um estudo sobre a dinâmica da Amazônia Tradicional

■ Myriam Cyntia Cesar de Oliveira

Resumo

O Sistema Agrário da região do Baixo Amazonas, sobretudo da sua margem esquerda, ao longo de seu processo de evolução viveu momentos importantes de mudanças e hoje passa por um novo momento de adaptação. Área integrante da chamada Amazônia Tradicional, essa região teve sua história agrária marcada pela influência de longos ciclos econômicos e por uma mudança lenta dos sistemas de produção, mantendo por muito tempo características dos sistemas tradicionalmente praticados pelas populações caboclas. No entanto, nos últimos 20 anos as mudanças no meio sócio-econômico local e as mudanças cada vez mais rápidas na vida social e política do país modificaram o ritmo de exploração e têm exigido que os sistemas de produção também

Abstract

The Agrarian System of the Low Amazonas River region, especially in its left border, had an evolution process with important changes and today is witnessing a process of adaptation to a new era. This region is part of the so called Traditional Amazonia and had an agrarian history marked by the influence of long economic cycles and a slow paced change of the farming systems, keeping for a long time characteristics of the systems practiced by *caboclo* populations. However, during the past 20 years the developments in the socio-economic local environment and the rapid changes of the social and political life of the country transformed the rhythm of use of natural resources and have pushed the agrarian systems to adapt to the new dynamics. The farming

se adaptem mais rapidamente. Aqueles que não conseguem acompanhar esse ritmo e promover as mudanças em tempo hábil, geralmente enfrentam sérios problemas de sustentabilidade econômica nos seus sistemas, estando uns em processo de profunda descapitalização e outros já descapitalizados, como é o caso de famílias nas áreas ribeirinhas. Por outro lado, aqueles que têm conseguido se inserir melhor no mercado e adequar seus sistemas de produção ao novo cenário regional e nacional têm apresentado melhores condições de garantir sua reprodução social. Esse estudo foi realizado utilizando-se o método da Análise Diagnóstica de Realidades Agrárias, de maneira a identificar e hierarquizar os fatores condicionantes das escolhas dos agricultores e compreender como esses interferem nas transformações da agricultura local.

systems (and individual farms) that are unable to follow this rhythm and to promote changes timely generally face problems of lack of economic sustainability and pass through a process of loss of capital, as it is the case of *riberinho* families. On the other hand, those that have succeeded to insert their production into the market and to accommodate their production into this new regional and national scenario secured better chances to guarantee their social reproduction. This study was conducted using the methodology of Analysis-diagnostic of Agrarian Realities in order to identify and rank the factors that shape farmers choices and to understand how these interfere in the changes of the regional agricultural systems.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os estudos sobre agricultura familiar ganharam um precioso espaço no conjunto de pesquisas desenvolvidas no país. Na Amazônia, o acúmulo científico sobre essa categoria é ainda modesto, principalmente se comparado ao volume de trabalhos já efetuados nessa região sobre os mais diferentes assuntos, mas vem crescendo significativamente na última década.

O Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF, da Universidade Federal do Pará, em boa medida tem contribuído para esse acúmulo através dos trabalhos que vem desenvolvendo desde o início dos anos 90 em áreas de fronteira agrícola como Marabá, Altamira e, mais recentemente, Nordeste paraense. Concentrando sua atuação nessas áreas de fronteira pode-se dizer que atualmente a UFPA apresenta um conhecimento importante acerca da agricultura familiar no Estado do Pará. Mas, ainda não suficiente.

A fronteira, de fato, é uma realidade marcante na Amazônia. Os inúmeros processos, conflitos e fenômenos de diferentes naturezas que se estabelecem em seu interior lhe confere características bem peculiares e de grande complexidade. Contudo, não se pode esquecer que a Região Amazônica, em sua ampla diversidade, envolve outras realidades igualmente importantes e representativas; esse é o caso da chamada *Amazônia Tradicional*, bastante estudada no passado antes das atenções se voltarem quase completamente para o fenômeno da fronteira.

Conhecer essa outra Amazônia constitui-se em um desafio. É dessa maneira que acumular mais informações, compreender como se caracteriza e organiza a produção familiar¹ regional significa um passo importante para se chegar mais perto da totalidade das situações amazônicas.

A Amazônia tradicional se define como um espaço que apresenta características secularmente predominantes na região como o acesso principal efetuado pelos rios, a presença de uma população

1 Entendendo como Produçã,o Familiar aquela feita pelo pequeno agricultor, caboclo, ribeirinho ou outro que viva principalmente da produçã,o ou extraçã,o de seu sustento, usando para isso, basicamente a forçAa de trabalho familiar.

essencialmente cabocla², a exploração de dois ecossistemas definidos de várzea e terra firme e um intermediário de beira de rio e a conservação de algumas formas de exploração herdadas da cultura indígena (Anderson, 1991). Sendo assim, é preciso perceber que o sentido atribuído ao termo tradicional ora utilizado está mais relacionado à noção de guardar características historicamente constituídas e de tradição, do que à noção do arcaico.

O fato de ser tradicional não implica em ser intocável. Desse modo, não significa que esse espaço, e conseqüentemente os sistemas de produção nele desenvolvidos, não tenham sofrido mudanças ao longo do tempo. Elas ocorreram, e até de forma significativa em algumas áreas. A diferença se faz no ritmo com que acontecem essas mudanças, mais lento que na fronteira devido: às características da população local que, pela herança cultural, tem uma relação de apego com a terra, levando-a a desenvolver sistemas que possibilitem explorar e permanecer na terra por um tempo mais prolongado; e principalmente, às dificuldades de integração sócio-econômica com as demais regiões do país, em função das limitações de acesso.

Considerando esse ritmo de transformação historicamente lento e baseando-se em um conhecimento preliminar da região, a preocupação acerca das tendências de evolução da agricultura nessas áreas levou à seguinte reflexão: apesar de ainda guardarem muitas de suas características historicamente constituídas, a inserção da sociedade rural na economia nacional não deixa de avançar para essas áreas de exploração mais antiga, provocando uma adequação dos sistemas de produção às novas condições do meio ambiente e, dependendo das escolhas dos produtores, levando-os a níveis mais baixos de diversificação e de viabilidade ecológica e econômica.

2 Originalmente, a população cabocla surgiu da miscigenação entre índios, portugueses e mamelucos das mais variadas origens. Sucessora da população indígena que habitava a região - dizimada quase por completo após a ocupação estrangeira na Amazônia - esse novo povo caboclo herdou muitas características sócio-culturais dos índios que permitiram a adaptação à vida na várzea sem, porém, conseguir reconstituir um sistema integrado que otimizasse o aproveitamento dos recursos naturais tal como no período indígena (CEHILA, 1992:16). Hoje em dia, em função dos intensos fluxos migratórios ocorridos na região amazônica desde o fim do século passado, outros componentes étnicos se misturaram a essa população, tornando um pouco mais difícil de defini-la. No entanto, para efeito desse estudo, o termo caboclo pode ser entendido como aquele que é mais adaptado às condições da região amazônica, que tem domínio do seu meio natural e que guarda heranças culturais (adquiridas com o tempo ou passada através de gerações) das populações nativas.

A fim de aprofundar nessa reflexão foi realizado esse estudo de sistema agrário em áreas tradicionais, com o objetivo de compreender sua dinâmica de evolução, suas características atuais e suas tendências para o futuro.

2 Metodologia utilizada

A área de estudo escolhida foi a região do Baixo Amazonas por ser uma região de colonização bastante antiga, com características do meio físico e sócio-econômico que se encaixam naquelas da Amazônia tradicional.

Geograficamente, essa região é bastante ampla e cheia de peculiaridades a serem consideradas. É dividida em duas sub-regiões distintas, com pesos político e econômico diferenciados: a *margem direita*, onde está Santarém, um dos municípios mais desenvolvidos do Pará, e a *margem esquerda* relativamente isolada dos grandes centros (Manaus e Belém) e ao mesmo muito tempo dependente deles. Essa última pode ainda ser dividida pela presença de dois pólos econômicos: o *Pólo Oriximiná*, que envolve os municípios de Oriximiná, Óbidos, Faro e Terra Santa e que tem o rio Amazonas como principal via de impulso de sua economia; e o *Pólo Monte Alegre*, definido pela ligação efetiva entre Alenquer, Monte Alegre e a sede do Município de Prainha, através da PA-254, e pela possibilidade de escoamento de produtos para Santarém pela rodovia PA-255, caracterizando-se como pólo mais dinâmico dessa margem.

Levando-se em conta essa diversidade interna do Baixo Amazonas, elegeu-se a margem esquerda, particularmente os municípios de Monte Alegre e Alenquer, como a área mais específica do estudo. A escolha desses municípios não tem só a ver com o fato de querer se “contrapor” um pouco à atração da margem direita, mas também com o fato de serem municípios que apresentam um peso do setor primário relevante, de possuírem grande importância econômica na margem esquerda e de serem representativos dos padrões de ocupação ocorridos nesta margem.

Como anteriormente dito, o estudo foi realizado utilizando-se a metodologia de Análise-Diagnóstico de Realidades Agrárias (DUFUMIER, 1996). Dentro da metodologia proposta foram identificadas as principais zonas homogêneas dessa zona menor de estudo. Foram escolhidas 12 localidades de referência e a partir delas foi tomada uma amostra de 72 estabelecimentos para a caracterização dos diferentes tipos de sistemas de produção. Para a caracterização foram considerados indicadores econômicos como o valor agregado, as rendas produtiva e familiar e a produtividade do trabalho e remuneração do trabalho familiar.

3 A margem esquerda do Baixo Amazonas: uma região eminentemente rural

Representantes da margem esquerda do Rio Amazonas, os municípios de Monte Alegre e Alenquer abrangem juntos uma área aproximada de 50.000 km² e, juntos, contam com uma população de cerca de 100.000 habitantes. Em termos comparativos, essa área dos dois municípios corresponde a 18% da área total da margem esquerda e 15% da área total do Baixo Amazonas. A população dos municípios equivale a 38% da população total da margem esquerda e 18% da população do Baixo Amazonas (IBGE, 1991). A força do campo nesses municípios pode ser percebida pela maior concentração de sua população na área rural e também pela importância de seu setor agrícola no âmbito regional revelada pelos significativos rendimentos de suas culturas e pelo tamanho de seus rebanhos.

Moldada nos ambientes de várzea e terra firme e de beira de rio, a produção familiar da margem esquerda é responsável pela maior parte dessa produção agropecuária e extrativista, cabendo a ela um lugar relevante no quadro econômico local.

Sendo uma região eminentemente rural, dada à importância do campo na economia dos municípios, é natural que a vida nas cidades da margem esquerda seja voltada para atender as necessidades da população rural. De uma maneira geral, Monte Alegre e Alenquer apresentam um comércio local organizado para atender desde pequenos produtores até grandes investidores do setor agrícola sendo formado, em sua maioria, por pequenos armazéns, lojas de produtos agropecuários e casas de venda de mercadorias no atacado e no varejo.

As principais vias de comunicação dos municípios são os rios e as estradas PA-254 (liga Prainha a Oriximiná) e PA-255 (liga Monte Alegre a Santarém), além de um grande número de estradas interiores e vicinais que facilitam a ligação das localidades entre si e com as cidades. O setor de transporte de cargas e passageiros, antes limitado à estrutura de pequenos portos (trapiches) e ao uso de pequenas embarcações ou ao uso de animais, se desenvolveu em função da intensa movimentação de pessoas entre as áreas urbana e rural contando atualmente com transportes coletivos (ônibus ou carros de horário) que possibilitam o deslocamento quase que diário de famílias das 'colônias' (como são chamadas às localidades de terra firme) ou das várzeas para a cidade.

A comercialização da produção local é efetuada através de uma teia de intermediários que dificulta a negociação direta entre produtores (sejam produtores agrícolas, pescadores ou agro-extrativistas) e consumidores e/ou mercado atacadista/varejista. Esse é um privilégio de grupos de atravessadores e comerciantes que formam uma rede de entrepostos comerciais encarregada pela ligação com outros mercados e que dominam a distribuição e exportação de produtos para outros centros consumidores como Santarém, Macapá, Manaus e Belém.

Em termos de oferta de serviços, os municípios da margem esquerda em geral possuem uma estrutura mínima de serviços básicos (escola, saúde, lazer, serviços gerais e outros) que permitem à sociedade local suprir suas necessidades sem recorrer constantemente aos grandes centros. Internamente, no entanto, o nível dessa oferta nas áreas da educação e saúde, principalmente, é desigual entre os meios urbano e rural. Essa é bem inferior no segundo, mesmo considerando que mais da metade da população reside no campo. Além dessa estrutura de serviços, Monte Alegre e Alenquer apresentam uma significativa estrutura institucional ligada à agricultura, contando com sedes de alguns órgãos federais e estaduais como EMATER, INCRA (com sede regional e superintendência regional em Monte Alegre, respectivamente), CEPLAC, SAGRI e EMATER.

Quanto à sociedade agrária local, atualmente é composta por pequenos produtores (agricultores, extrativistas, agregados), grandes pecuaristas, empresários agrícolas e donos de geleiras³. Dentro dessa sociedade existe uma estrutura de poder estável, mas não rígida, formada por famílias tradicionais que passaram por um processo de consolidação social e econômica no passado - através dos ciclos econômicos que marcaram a região do Baixo Amazonas - e que, adaptando-se rapidamente a cada nova situação econômica regional, conseguiram manter-se no poder ao longo do tempo. Dessa maneira, não é difícil perceber que famílias que dominaram no passado atividades econômicas importantes (como extrativismo, criação de gado e/ou juta) e que também detiveram o característico sistema de aviamento, sempre presente na economia regional e atualmente observado na pesca, são praticamente as mesmas que prevalecem hoje na exploração pecuária e/ou pesqueira. Além disso, também figuram entre os principais comerciantes locais e normalmente fazem parte do quadro político municipal.

3 Relacionado com a evoluÁ„o econÔmica de ciclos, n„o É difícil encontrar alguns tipos de atores que surgiram/desapareceram conforme a ascens„o e declínio de uma dada atividade (a exemplo dos malveiros, iuteiros, seringueiros...)

a) *Período Extrativista – século XVIII a 1940*

Historicamente, a complexa composição do ecossistema determinou o processo de ocupação humana da margem esquerda e da região em geral (CEHILA, 1992). Pela presença de grande quantidade de rios, esse processo iniciou-se com a penetração da população pelas suas margens desenvolvendo-se no sentido rio – estrada ou beira – centro, característico das áreas tradicionais conforme menciona Velho (1981).

A primeira grande penetração humana na região é datada do século XVIII, quando a igreja, buscando expandir os domínios da coroa portuguesa, cria inúmeros povoados ao longo das margens do rio Amazonas (OLIVEIRA, 1983).

Da mesma forma que o processo de ocupação, a ligação estreita com os rios também condicionou, por mais de dois séculos, a evolução sócio-econômica da região transformando as áreas ribeirinhas no centro da economia regional da época. Foi nesse período que o Baixo Amazonas se inseriu no sistema extrativista-exportador⁴, dominante na Amazônia desde o descobrimento, transformando o habitual extrativismo praticado pelos índios e caboclos na principal atividade econômica da região (MATTOS, 1980).

As áreas ribeirinhas caracterizavam-se por estabelecimentos diversificados baseados principalmente no extrativismo de vários produtos nativos, na lavoura branca (milho, caupi, mandioca, arroz), nas pequenas criações e, algumas vezes, na criação de gado apesar do pouco domínio técnico e econômico para desenvolvê-la.

O processo de transformação do sistema agrário se deu lentamente, sofrendo algumas mudanças somente com o início de outra grande frente de penetração de famílias no século XIX. Pela alta densidade demográfica na várzea, a nova frente se caracterizou pela ocupação das áreas de terra firme próximas aos rios e aos centros urbanos, tendo sido feita de maneira espontânea (maioria dos municípios da região) ou a partir de programas oficiais (caso de Monte Alegre).

Essa entrada de famílias ocorreu no auge do ciclo da borracha e teve relação indireta com o mesmo. Ela se deu devido a queda da produção de alimentos causada pela saída de agricultores para os seringais e pelo

4 Entre os principais produtos explorados no extrativismo estavam: o cacau, a castanha sapucaia, o cumaru, a balata, a pia-Áava, o caucho e o pescado. Entre final do século XIX e a década de 30, Monte Alegre destacou-se como importante exportador de balata e cacau, enquanto Alenquer dominava a exportação de cumaru e castanha sapucaia (SIM'ES, 1908; SANTOS, 1980).

conseqüente estímulo à produção agrícola de terra firme com o objetivo de preencher a lacuna do mercado local. Desse modo, os estabelecimentos de terra firme deixaram de ser unicamente voltados para o auto-consumo e passaram a se inserir no mercado investindo na produção de gêneros e culturas como algodão e tabaco.

As condições locais pouco se alteram na época e, mesmo com o aumento da exploração das áreas com roça, a paisagem se transforma pouco devido ao uso de práticas como pousios prolongados e utilização de capoeiras.

b) Período da juta (na várzea) e das culturas industriais (na terra firme) – 1940 a 1970

A predominância do extrativismo na economia varzeira se manteve até os anos 40, época em que a Amazônia se voltou quase exclusivamente para a exploração da juta. Estimulada pela valorização das fibras naturais no mercado mundial, essa cultura tomou conta das áreas ribeirinhas transformando-se na nova base da economia regional (HOMMA, 1995).

Ao contrário da maioria das áreas do rio Amazonas nas quais o ciclo da borracha foi determinante para a ocupação da várzea, na margem esquerda foi o ciclo da juta que dinamizou esse processo, marcando definitivamente a penetração de famílias nas suas várzeas.

Esse foi um período de mudanças significativas nos estabelecimentos ribeirinhos. Num sistema extensivo de incorporação de novas áreas ao processo produtivo, a juta modificou brusca e rapidamente a paisagem da várzea transformando, em aproximadamente 30 anos, a maioria dos seus ambientes (matas primária e secundária, campos e igapós) em capoeira rala ou campos nativos (MIRANDA NETO, 1986; HOMMA, 1995). Tal condição modificou os sistemas de produção; a juta como principal atividade canalizava para si tanto o espaço disponível para agricultura quanto a aplicação e divisão do trabalho familiar, as demais atividades agrícolas eram praticadas no intervalo da produção da juta ou dentro de uma organização do trabalho que não atrapalhasse sua produção (caso da pesca e pequenas criações).

Com a juta foi alterado não só o quadro técnico-econômico, mas também as relações estabelecidas na sociedade agrária local. De fato, nesse contexto, ganharam importância as relações de compra/venda de mão-de-obra (para as atividades de corte e lavagem da fibra) e de aviação, relação de dominação presente na maioria dos ciclos

Na terra firme, a evolução foi marcada por mais um processo migratório decorrente da criação da Colônia Agrícola Nacional do Pará - CANP, em 1942, em Monte Alegre e por alterações nos sistemas de produção dessa área provocadas pela ascensão do tabaco e do algodão na economia local. Essa fase de valorização das culturas industriais na região teve seu auge entre as décadas de 50 e 70, por causa do aumento significativo dos preços no mercado nacional e internacional, e não se restringiu ao fumo e ao algodão. A economia das fibras também se estendeu a essas áreas de terra firme através da produção de malva e produção de juta-semente.

Nesse período, a agricultura ganhou um novo estímulo, uma vez que se tinha outra lacuna na produção de alimentos causada pelo direcionamento das atenções para a juta (efeito parecido ao que aconteceu durante o ciclo da borracha, mas em proporções menores), e da mesma forma que no período anterior, a entrada de famílias contribuiu na manutenção e no aumento dessa produção com a diferença que agora introduzem-se algumas inovações como, por exemplo, o uso de variedades mais produtivas de feijão trazidas pelos japoneses. Apesar disso, os sistemas de produção de terra firme apresentaram poucas mudanças, a não ser pelo aumento da produtividade da roça por conta das inovações citadas e pela mudança na formação da renda com a inclusão de uma ou mais culturas industriais no sistema de produção.

O meio sócio-econômico, por sua vez, sofreu algumas melhorias com a proliferação de estradas interiores, ainda precárias, e o desenvolvimento lento da infra-estrutura do meio rural, sobretudo da oferta de serviços básicos à população do campo.

c) Período de ascensão da pesca comercial e valorização da terra firme - 1970 a 1990

Na segunda metade da década de 60, a jicultura começou a entrar em declínio em função da crise no mercado internacional das fibras (GENTIL, 1988), crise esta que levou à queda do preço das fibras e à elevação do valor das diárias para a colheita tornando cada vez mais inviável economicamente a atividade na região. No âmbito nacional, o fim do ciclo da juta coincidiu com o auge das grandes políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia e, em nome delas, foram tomadas ao longo desses 20 anos medidas que resultaram na construção

uso dos recursos naturais e construção das principais rodovias federais e estaduais (KITAMURA, 1994; OLIVEIRA, 1995).

Esse foi um período bastante dinâmico no processo de ocupação das áreas de terra firme, ocorrendo a última grande frente de penetração de famílias na região, em Monte Alegre e Alenquer. Tal processo teve auge na década de 80 com a construção da estrada PA-254 (em região mais interior dos municípios) e a reativação do Projeto Integrado de Colonização-PIC Monte Alegre, ambos implementados no bojo dessas políticas regionais. Seguindo o sentido da estrada, a ocupação destacou-se pela entrada de migrantes de outros estados e municípios, mas principalmente pelo deslocamento de famílias provenientes de outras zonas dos próprios municípios; essa mobilidade interna para a área de estrada foi motivada pela maior fertilidade dos solos e pela quantidade de terras disponíveis.

Além da ocupação das áreas de terra firme mais distantes, esse período foi marcado por várias inovações técnicas que influenciaram os seus sistemas de produção. A adição do sistema de sucessão roça-pasto introduzido em função da valorização da pecuária ao sistema roça-capoeira praticado tradicionalmente; a diminuição do tempo de pousio das capoeiras em função da restrição da área ou do uso do sistema roça-pasto; a introdução da motosserra no preparo das áreas de roça e do motor no processo de beneficiamento da farinha; e a valorização de algumas culturas perenes por conta dos esporádicos créditos na região. Foram algumas dessas inovações que tiveram importância significativa na época.

Na várzea, a crise na economia da juta aliada aos importantes avanços tecnológicos experimentados pela pesca a partir da década de 70 (inserção da tarrafa, da malhadeira de algodão e depois da de nylon, a introdução do barco a diesel e das caixas ou isopores de gelo), transformaram essa atividade na base da economia familiar ribeirinha (MCGRATH *et al.*, 1993). Além disso, as mudanças nesses sistemas se materializaram pela restrição no uso da terra para a agricultura; a possibilidade de crescimento dos rebanhos proporcionados pelo manejo várzea-terra firme (viabilizado com a abertura das novas áreas de terra firme) levou a uma concorrência que quase extinguiu a agricultura de várzea, uma vez que estimulou a utilização das áreas de domínio⁵ de beira de rio para a implantação de pasto.

5 A fixação das famílias de várzea seguiu um padrão de ocupação espontâneo, em áreas de terra firme, o que posteriormente criou as áreas de domínio ou seja

Dos pontos de vista social e político a crescente participação das organizações de produtores nas escalas nacional, regional e local (MEDEIROS, 1989) e um relevante trabalho de formação de lideranças realizado pela igreja conseguiram algumas rupturas na estrutura do poder local. A partir desses avanços, algumas melhoras na saúde e educação e nas estradas e transportes foram sentidas.

d) Período da consolidação da agropecuária na terra firme – a partir de 1990

Esses anos da década de 90 na margem esquerda foram marcados pelo fortalecimento da produção agropecuária e por um ritmo mais dinâmico de exploração. É um período em que o governo promove mudanças na sua forma de atuação como resultado da forte pressão exercida pelos movimentos sociais e lança vários programas de valorização e apoio à agricultura familiar, onde tem destaque especial a criação de linhas menos burocratizadas de crédito.

Os sistemas de produção de terra firme apresentaram mudanças relacionadas com o aumento da importância das culturas perenes devido ao crédito, a substituição do feijão-do-sul pelo caupi nas áreas de terra firme mais afastadas devido à queda de fertilidade dos solos e a introdução do uso de trator (principalmente em Alenquer) para recuperação de pastagens degradadas e sua utilização para agricultura, notadamente soja. Já os sistemas de várzea não sofreram muitas modificações, mas alguns acontecimentos marcaram o período como, por exemplo, a instalação de empresas agrícolas em áreas de várzea de Alenquer e a criação do seguro-desemprego para os pescadores durante a época do defeso.

3.2 Zoneamento agro-ecológico

Na área de estudo foram identificadas 3 grandes zonas agro-ecológicas, determinadas em função das paisagens e da constituição da sociedade agrária envolvida:

- Zona do Extrativismo - apesar de paisagens distintas, envolve as áreas de várzea e a beira de rio por apresentarem aspectos muito semelhantes em relação aos sistemas de produção praticados, sociedade agrária e por terem sofrido processos de ocupação e evolução bem parecidos. É zona de ocupação bastante antiga, habitada e explorada

pela população local desde a colonização portuguesa. Os lotes são pequenos (áreas de domínio), sem documentação definida, onde a agricultura é desenvolvida sobretudo para subsistência, a pecuária tem algum destaque, mas é a pesca a principal atividade econômica.

- **Zona da Farinha** - situa-se na faixa intermediária dos municípios. A ocupação antiga de cerca de 80 anos decorre das Políticas de Colonização ou da simples proximidade das zonas ribeirinhas. As áreas restritas (entre 25 a 50 ha) limitam a pecuária, pelas pequenas áreas de pastos, e a agricultura sendo a produção de farinha a principal atividade econômica.

- **Zona dos Grãos** - área mais interna dos municípios, de ocupação recente (± 20 anos) influenciada ou não por Políticas de Colonização. Apresenta solos de melhor qualidade e os grãos são a base da economia familiar. As áreas maiores (50 a 100 ha) e o uso do manejo do gado várzea-terra firme possibilitam a expansão da pecuária conferindo à mesma importância significativa nos sistemas de produção.

Quadro 1 Características gerais das zonas

| Zonas | Localização | Tempo de ocupação | Fertilidade dos solos | Mata nos lotes | Atividades | Tipo de preparo | Ritmo de exploração |
|--------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|----------------|------------------------|-----------------|--------------------------------|
| Grãos | Áreas mais interiores | ± 20 anos | Alta a moderada | Sim (50%) | Grãos (milho e feijão) | Motosserra | Acelerado (2,5ha/ano em média) |
| Farinha | Áreas próximas aos centros | > 70 anos | Moderada a baixa | Não | Farinha | Machado | Lento (< 1 ha/ano) |
| Extrativismo | Áreas ribeirinhas | > 100 anos | Alta a baixa | Não | Pesca e Pecuária | Machado | Lento (< 1 ha/ano) |

3.3 Caracterização dos Sistemas de Produção

a) As trajetórias das famílias

Nas três zonas agroecológicas citadas, as trajetórias das famílias se desenvolveram a partir basicamente de duas fases. A primeira, de instalação, foi caracterizada pelo acesso à terra (posse, compra ou concessão formal ou informal) e por uma capacidade de investimento baixa, sendo adotados sistemas de produção diversificados - as atividades principais variando conforme a zona - com vistas ao auto-

Passado o período inicial, as famílias entraram em outra fase de investimento em atividades rentáveis, normalmente com a intenção de chegar à criação de gado. As escolhas das atividades principais variavam conforme a zona. Na zona extrativista, os ciclos econômicos tiveram bastante influência no processo de capitalização das famílias, apesar de nem todas terem se beneficiado, tendo como efeito a consolidação da pecuária na várzea, a diminuição dos espaços para agricultura e o estabelecimento da pesca como atividade principal. A fraca produção agrícola e os baixos retornos da atividade pesqueira ajudaram na tendência ao processo de descapitalização que prevaleceu nos estabelecimentos familiares.

Na zona da farinha, a capitalização das famílias baseou-se no tabaco e no algodão e depois na farinha, sendo privilegiadas aquelas famílias que conseguiram implantar logo o motor de farinha e conseguiram chegar à criação de gado.

Já na zona dos grãos, o milho e o feijão e, eventualmente, culturas como a banana foram determinantes no processo de capitalização dos sistemas de produção, sendo através delas que algumas famílias chegaram mais cedo à criação de gado e conseguiram adquirir o motor de farinha e motosserra para o preparo da roça. Tais alterações no sistema técnico resultaram em mudanças na produtividade do trabalho e também no nível de capital, melhorando as condições de vida.

b) Os tipos de Sistemas de Produção

Pela tipologia realizada foram encontrados na margem esquerda 7 grandes tipos de estabelecimentos familiares nas 3 zonas agro-ecológicas: grãos, farinha e extrativismo. A distribuição geográfica dos tipos é bem clara. A zona tem características próprias, sendo assim não é possível encontrar o mesmo tipo de estabelecimento agrícola em mais de uma zona. Ou seja, cada zona apresenta tipos específicos que não aparecem em outra zona.

Na zona dos grãos, as famílias que pertencem aos tipos que nela predominam se caracterizam pela chegada na década de 80 e por terem disponíveis lotes maiores com uma boa percentagem de mata. Diferenciam seus sistemas de produção basicamente pela presença ou não do gado e pelo patamar em que o tamanho dos rebanhos se encontram. Esta característica leva a outras diferenciações como os tamanhos das áreas de pasto e dos sistemas de sucessão cultural adotados

Na zona da farinha, os tipos se caracterizam por famílias que chegaram a 40-50 anos (comum no Tipo Ib) ou que nasceram no local ou chegaram há pouco tempo (mais encontradas no Tipo IIb). As áreas são menores, sem mata, e o gado é o principal elemento de diferença entre os dois tipos. As famílias do tipo Ib ao longo de sua trajetória tiveram gado, mas como não conseguiram manter o rebanho e hoje limitam-se à roça, sendo a criação de gado praticada atualmente somente pelas famílias do tipo IIb.

Na zona do extrativismo há uma maior número de tipos, sendo os sistemas de produção baseados na pesca. As famílias são de origem local e os lotes variam de tamanho, mas geralmente são pequenos, sendo adotados sistemas de sucessão distintos conforme esse tamanho e as atividades desenvolvidas. Os sistemas se diferenciam pela presença ou não do gado e da presença ou não da roça nos mesmos.

Quadro 2 Características gerais dos tipos de sistemas de produção encontrados

| Zonas | Tipos | Nº de UTF's | Área Total (ha) | Mata (%) | Pasto (%) | Nº de gado | Sucessão cultural | Atividades do sistema |
|--------------|--|-------------|-----------------|----------|-----------|------------|---------------------------|---|
| Grãos | Ia - Roça (grãos) | 3,5 | 50 a 100 | 50 | 3 | 0 | Roça-capoeira/pasto | Roça, aves, caça e coleta |
| | Iia - Roça (grãos) e gado pequeno na TF | 2,8 | 50 a 100 | 60 | 13 | 7 | Roça-capoeira/pasto | Roça, gado, aves, caça e coleta |
| | III - Roça (grãos) e gado formado | 2,5 | 50 a 100 | 40 | 28 | 36 | Roça-capoeira, Roça-pasto | Roça, gado, aves, porcos, caça e coleta |
| Farinha | Ib - Roça (farinha) | 1,5 | 25 a 50 | 0 | 2,8 | 0 | Roça-capoeira | Roça, aves e caça |
| | Iib - Roça (farinha) e gado na várzea x TF | 2 | 25 a 50 | 0 | 12 | 8 | Roça-capoeira/pasto | Roça, gado, aves, porcos e caça |
| Extrativismo | IV - Pescadores | 1,5 | 0,7 | 0 | 0 | 0 | — | Pesca, aves e porcos |
| | V - Pescadores com gado formado | 2,3 | 13 | 0 | 55 | 23 | pasto | Pesca, gado, porcos e aves |
| | VI - Pescadores com roça e gado formado | 2,3 | 10 | 0 | 47 | 14 | roça-pasto | Pesca, roça, gado, porcos e aves |
| | VII - Pescadores com roça | 2,5 | 4 | | 0 | 0 | roça-capoeira | Pesca, roça, aves e porcos |

Já pelos resultados econômicos obtidos, que também são adicionados às características de cada tipo, é possível observar que na zona dos grãos os retornos são melhores nos indicadores considerados (valor agregado, renda produtiva e renda familiar), devido a possuírem melhores condições de investimento proporcionadas por áreas maiores de exploração e solos relativamente férteis, o que lhes possibilitam,

rentáveis como os grãos. Situação exatamente contrária explica porque os tipos da zona de farinha não conseguem atingir os mesmos patamares de retornos econômicos.

Tabela 1 Resultados econômicos dos tipos

| Zonas | Tipos | VA (R\$) | RP (R\$) | RF (R\$) | RTF (RP/HD) (R\$) | RTF (RP/UTF) (R\$) | RemF (RF/UTF) (R\$) |
|--------------|-------|----------|----------|----------|----------------------|-----------------------|------------------------|
| Grãos | Ia | 3.720,00 | 3.700,00 | 3.800,00 | 7,00 | 1.050,00 | 1.100,00 |
| | Ila | 4.000,00 | 3.890,00 | 3.890,00 | 7,30 | 1.390,00 | 1.390,00 |
| | III | 5.360,00 | 5.100,00 | 5.100,00 | 10,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| Farinha | Ib | 1.400,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 4,00 | 900,00 | 900,00 |
| | IIb | 2.180,00 | 2.160,00 | 2.160,00 | 4,50 | 1.100,00 | 1.100,00 |
| Extrativismo | IV | 1.200,00 | 700,00 | 1.100,00 | 2,00 | 480,00 | 730,00 |
| | V | 2.560,00 | 2.460,00 | 2.560,00 | 7,00 | 1.000,00 | 1.110,00 |
| | VI | 2.200,00 | 2.200,00 | 2.460,00 | 5,30 | 960,00 | 1.100,00 |
| | VII | 1.140,00 | 1.110,00 | 2.460,00 | 3,00 | 450,00 | 980,00 |

A zona do extrativismo, por sua vez, apresenta uma grande variação nesses resultados. Podem ser observados tipos que alcançam retornos muito baixos (IV e VII), devido a sua pouca capacidade de diversificação pela falta dos meios de produção (terra, terras férteis e/ou capital de produção suficientes), e tipos cujos sistemas alcançam valores superiores ao da zona da farinha obtidos pela combinação das atividades de pesca e pecuária, principalmente nesses casos onde a atividade pesqueira é desenvolvida com equipamentos próprios.

Em geral, os estabelecimentos com baixa capacidade econômica só conseguem atingir níveis melhores de retornos quando são contabilizados, na formação da renda familiar, outros tipos de rendas de que as famílias dispõem, oriundas da venda de mão-de-obra (importante nos tipos das zona extrativista e no tipo Ia) e das políticas de previdência social nas figuras do seguro-desemprego (tipo IV) ou da aposentadoria (principalmente tipo VII).

Em termos de remuneração do trabalho familiar⁶ (RTF) a lógica é praticamente a mesma. Os tipos da zona dos grãos conseguem oferecer retornos por dia de trabalho que ultrapassam o valor de 1 diária local (R\$ 5,00), por causa do uso extensivo de terras e da alta produtividade dos grãos e da casa de farinha com motor. Exatamente por esse motivo, as remunerações da zona da farinha são mais baixas, uma vez que o

6 Nesse caso os valores da Remuneração do Trabalho Familiar são semelhantes aos da produtividade de Trabalho Familiar, já que praticamente não há diferenças entre os valores da Unidade de Trabalho Agrícola (UTA) e Unidade de Trabalho Familiar (UTF) (Defunção 1999).

processo de fabricação da farinha, principal geradora de renda, é todo manual. Essa condição pode não demorar a se modificar devido a proliferação de aquisição de motores através do crédito.

Na zona do extrativismo, há situações variadas, podendo-se observar casos como o dos pescadores que não conseguem pagar o trabalho investido no sistema de produção, já que não possuem os meios de produção, dependem dos geleiros e dispõem um esforço de trabalho elevado sem muitos retornos. Para os demais tipos que detêm os meios de produção e que combinam a pesca com outras atividades as remunerações são maiores, apesar do gado não ser criado extensivamente na terra firme devido à escassez de terras para ampliação de pastagens.

Ante essa caracterização econômica do desempenho dos sistemas de produção, pôde-se comparar a renda produtiva/ativo familiar de cada um com o Nível de Reprodução Simples-NRS. Normalmente considerado bom indicador da capacidade de sustentabilidade econômica dos sistemas, o NRS foi considerado a partir do salário mínimo (NRS1), dos gastos com as necessidades básicas (NRS2) e dos gastos com alimentação (NRS3).

Pelos resultados obtidos na zona dos grãos, somente o tipo Ia remunera apenas o mínimo de suas necessidades com alimentação em função de suas limitações de capital para investimento. Os demais conseguem remunerar suas necessidades de alimentação, mas também as necessidades de educação, saúde e vestuário. Possuem áreas maiores e os sistemas são extensivos, com quantidades maiores de terra por ativo familiar. A remuneração do trabalho aumenta com a ampliação das áreas, mas observa-se que após um certo nível de quantidade de terras utilizadas essa relação ocorre em um ritmo mais lento. Esse aumento decrescente se deve ao caráter extensivo do gado. Partindo do pressuposto que existe uma limitação de mão-de-obra, o sistema tem um limite máximo de incorporação de área ao processo produtivo em que, além dele, a adição de mais capital não consegue compensar o investimento feito. Nos sistemas em questão não se tem determinado qual é esse limite máximo de investimento.

Os sistemas de produção da zona da farinha se caracterizam por rendas que não conseguem chegar ao nível de suprir suas necessidades básicas de alimentação e, nem eventualmente, as outras necessidades de cunho mais social. As famílias do tipo Ib tem um desempenho mínimo, mas apresentam alguns casos abaixo de NRS3 correndo riscos de não conseguirem se reproduzir se permanecerem com as mesmas

Na zona do extrativismo, os sistemas praticados pelos tipos V e VI conseguem remunerações que oscilam entre o NRS2 e NRS3; mesmo diversificado o tipo VI não consegue remunerações maiores provavelmente em função da baixa produtividade das culturas. Os outros tipos IV e VII desenvolvem sistemas que não tem proporcionado rendimentos capazes de repor a energia gasta pela mão-de-obra através da alimentação, apresentando sérios problemas quanto à sua sustentabilidade econômica e social.

Em resumo, pelos comportamentos apresentados pelos sistemas de produção, pelo menos 3 deles encontram-se ameaçados em sua sustentabilidade devido não serem capazes, com as estratégias adotadas, de produzirem retornos suficientes para remunerar a mão-de-obra familiar de modo a satisfazerem suas necessidades mínimas de alimentação.

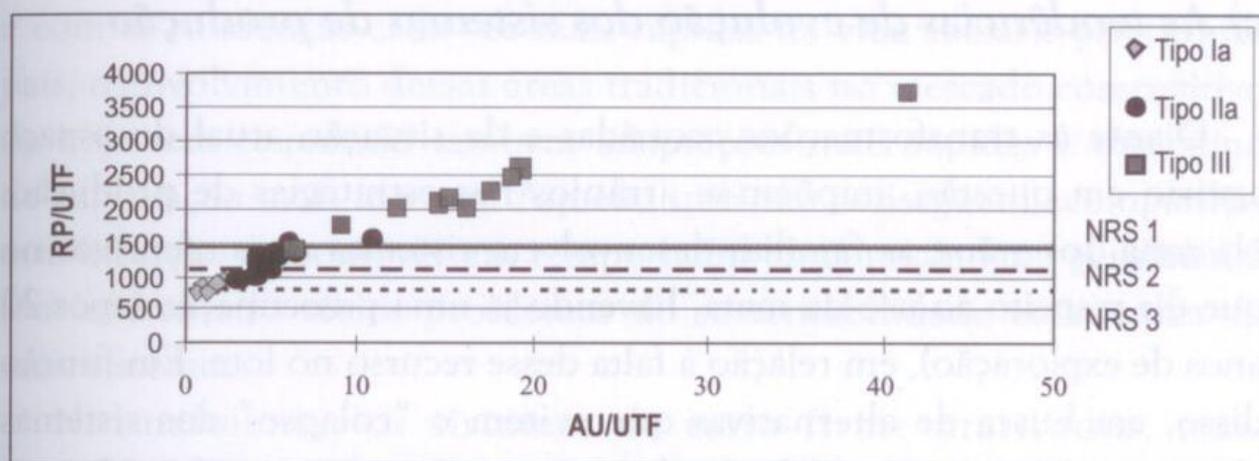


Figura 1 Avaliação econômica dos tipos na zona dos grãos em relação ao NRS

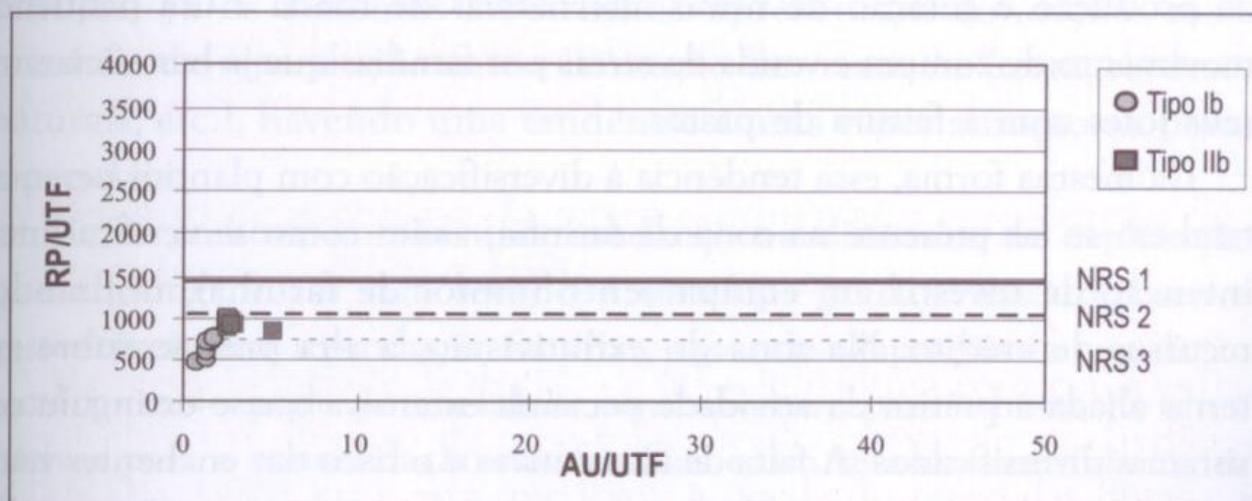


Figura 2 Avaliação econômica dos tipos na zona da farinha em relação ao NRS

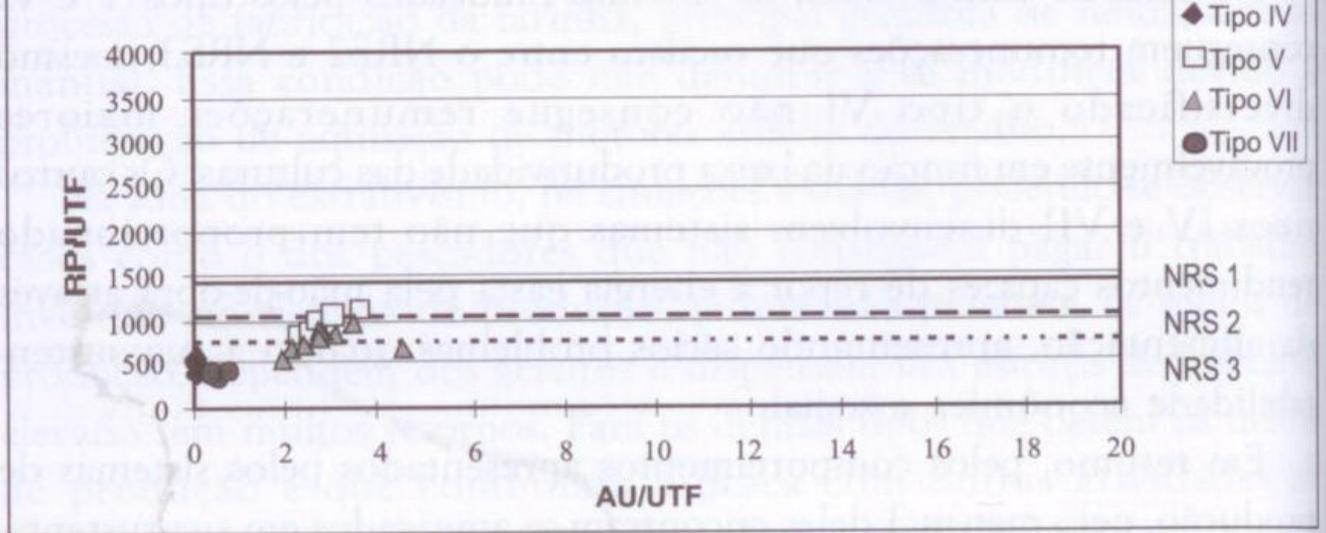


Figura 3 Avaliação econômica dos tipos na zona extrativista em relação ao NRS

c) As tendências de evolução dos sistemas de produção

Diante às transformações ocorridas e da situação atual do espaço agrário em questão, impõem-se arranjos nas estratégias de produção. Na zona dos grãos, as famílias desenvolvem sistemas mais ofensivos no que diz respeito ao uso da mata, havendo já uma preocupação (após 20 anos de exploração), em relação à falta desse recurso no lote. Em função disso, em busca de alternativas que evitem o “colapso” dos sistemas alguns cenários estão se delineando: já se verifica uma tímida utilização de tração animal para a intensificação de áreas de roça; uma entrada de cultivos perenes através dos créditos oficiais com intuito de diversificação da produção e geração de novas alternativas de renda e um pequeno movimento de compra e venda de terras por famílias que já beneficiaram seus lotes com a feitura de pastos.

Da mesma forma, essa tendência à diversificação com plantios perenes também se faz presente na zona da farinha, assim como se verifica uma intenção de investir em equipamento (motor de farinha), utilizando recursos de crédito. Na zona do extrativismo, a alta pressão sobre as terras aliada à prática da atividade pecuária extensiva quase extinguiu os sistemas diversificados. A falta de alternativas e o risco das enchentes vem levando as famílias a privilegiarem a pesca e a pecuária, apesar da dificuldade que implica dar início e manter um rebanho nessas áreas. Além disso, a alta pressão pesqueira nos lagos e rios da região também tem estimulado iniciativas de manejo (formais e informais) dos recursos pesqueiros como alternativa para garantir a sobrevivência dos pescadores.

Em função da crescente dificuldade de acesso a terras próprias e obtenção de áreas maiores, observa-se uma tendência de fluxo migratório para áreas na zona dos grãos, em lugares onde há terras disponíveis para ocupação.

■ Considerações finais

O sistema agrário da região do Baixo Amazonas, em específico da margem esquerda, passou por um processo de evolução onde os ciclos econômicos de várzea tiveram importância fundamental; a longa duração desses ciclos permitiu uma dinâmica lenta de modificação, proporcionando aos sistemas de produção uma capacidade de adaptação mais efetiva. Nos últimos 20 anos, com a melhoria do acesso à região e com as mudanças cada vez mais rápidas na vida social e política do país, o envolvimento dessas áreas tradicionais no mercado competitivo de hoje tem requerido também adaptações mais rápidas e um ritmo de exploração mais intenso. Aqueles que não conseguem acompanhar essa inserção e promover em tempo hábil essas mudanças, geralmente têm enfrentado sérios problemas de sustentabilidade econômica de seus sistemas.

Normalmente, os sistemas de terra firme praticados, mais diversificados, tendem a continuar conseguindo se reproduzir. Há uma leve tendência para a pecuarização, que pode ser acelerada ou retardada com o crédito, caso não haja uma reflexão maior nesse sentido. Já os sistemas ribeirinhos apresentam condições mais precárias de reprodução ante a limitação dos recursos (terra, recursos naturais, etc.), havendo uma tendência a uma especialização na pesca e pecuária.

Muito embora note-se uma mudança na dinâmica de exploração que algumas vezes tem levado a sistemas gradativamente menos sustentáveis para a produção familiar, a grande adaptação da população local ao meio pode potencializar uma abertura para a busca de alternativas para a consolidação das famílias e um retardamento da lógica de fronteira, presente nas áreas mais recentes, nessa região da margem esquerda.

■ Referências Bibliográficas

ANDERSON, S. D. Engenhos de várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional da Amazônia. In: **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**; organizado por Philippe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira. Belém : Museu Goeldi, 1991. p. 102-124. (Coleção Eduardo Galvão).

CEHILA - Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina. **História da Igreja na Amazônia**. Coordenador: Eduardo Hoornaert. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1992. 416 p. Ilust.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise**. Paris : Karthala e CTA, 1996. 354 p. (Collection Économie et Développement).

GENTIL, J. M. L. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém - Médio Amazonas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 1988. 4(2). 118-199.

HOMMA, A. K. O. A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: Saber, 1995. v.2. p. 510-531.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico. Pará**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v. 1. Rio de Janeiro : IBGE. 1991.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. 182p.

MATTOS, C. de M. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro,

McGRATH, D. G.; CASTRO F. de; FUTEMMA, C. R.; AMARAL, B. D. do; CALABRIA, J. de A. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. **In: Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Organizado por Lourdes Gonçalves Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 2136-229. Il. (Coleção Eduardo Galvão).

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989. 216p. Il.

MIRANDA NETO, M. J. de. **O dilema da Amazônia.** 2a ed. Belém, CEJUP. 1986. 154 p.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação humana. **In: Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.** Organizado por Eneas Salati, Wolfgang J. Junk, Herbert O. R. Shubart e Adélia E. de Oliveira. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, 1983.

OLIVEIRA, A. U. de. 1947. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** 5a ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 133p. (Série Educando).

SANTOS, J. **Crônicas do Monte.** Monte Alegre, PA: Prefeitura Municipal de Monte Alegre, 1980. 138p.

SIMÕES, F. F. **Município de Alenquer: seu desenvolvimento moral e material e seu futuro.** Belém: Loyola, 1908. (Estudos históricos e geográficos).

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.